



Sobre a crise brasileira

A UGT consolidou-se nos últimos oito anos como um continente seguro e combativo dentro da geografia sindical brasileira. A central passou de 623 entidades sindicais filiadas em 2007 para 1.357 entidades sindicais filiadas em junho de 2015. Em oito anos, a UGT cresceu 118%, um crescimento extraordinário que só revela a justeza das nossas posições e o acerto das lutas feitas nesses árduos oito anos de vida por todos os que integram a UGT em todo o Brasil.

A UGT tornou-se uma referência para os trabalhadores do setor de serviços que respondem por 54% do mercado de trabalho brasileiro com cerca de 25 milhões de trabalhadores. Neste sentido, por ser uma central sem vínculo sistemático com partidos políticos, a UGT pode desempenhar um papel importante na atual conjuntura de inegável crise por que passa o país. No contexto brasileiro e mundial, nota-se o crescimento e influência de organizações não sindicais, ONGs, movimentos sociais, grupos que se organizam pela Internet, resultando em um aumento da capacidade de manifestação da sociedade. Esse contexto pode concorrer com os sindicatos na representação dos trabalhadores e da sociedade em geral. A UGT como uma central sindical nova, não estando umbilicalmente ligada a estrutura política contestada pela população (ver dados do WVS em outra parte do texto), pode se configurar em uma nova alternativa de representação desde que acompanhe e interprete os sinais intensos e complexos que se desencadeiam no país.

O país passa por momento histórico crucial, provavelmente está em processo a organização de um novo paradigma político e econômico no qual confluem contradições e possibilidades tanto de construção de uma sociedade mais justa quanto de um processo regressivo em termos civilizatórios com a eliminação de direitos sociais importantes conquistados desde a Constituição de 1988.

Em meio ao turbilhão de acusações e de exaltações que ofuscam o olhar mais objetivo e crítico da realidade, a UGT procura apresentar uma análise mais isenta da conjuntura e visa a contribuir para posicionamentos mais sensatos e efetivos para a crise brasileira.

A crise não é apenas econômica que agora chega com força nos grandes países emergentes como Índia, Indonésia, Rússia, México e, em menor grau, também na China.

Ela é também uma crise política com a fragmentação do poder e incapacidade das instituições políticas construir um consenso em torno das necessidades mais urgentes do país. É também uma crise ambiental que ameaça o recurso mais essencial a todas as formas de vida - a água.

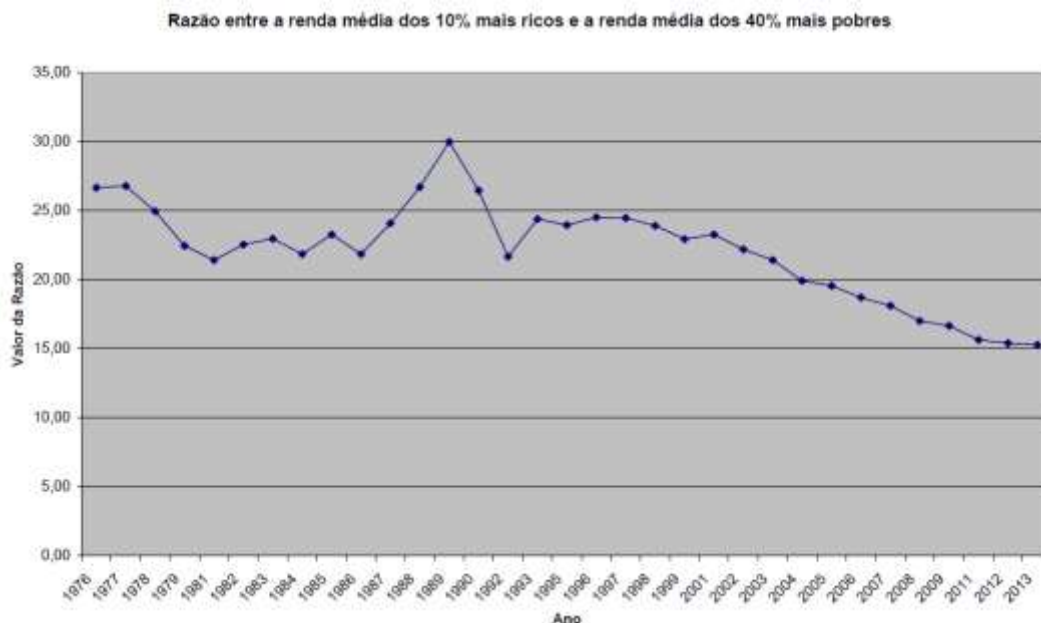
A crise também não pode ser vista fora de seu contexto e desconectada dos seus antecedentes. Ela não pode embaçar o reconhecimento de avanços importantes da sociedade brasileira nos últimos vinte anos.

O primeiro avanço importante foi a estabilidade macroeconômica, especialmente quando se considera a história brasileira de instabilidade econômica e altas taxas de inflação. Garantir uma estabilidade da moeda e das contas públicas por quase vinte anos foi um passo fundamental para outros avanços que ocorreram depois.

Três outros avanços essenciais para os trabalhadores e para a população em geral foram a redução da desigualdade, a redução da informalidade e o aumento da massa salarial. O momento de crise econômica dificulta a percepção destas conquistas da sociedade brasileira. Conquistas cuja origem política e institucional estão na Constituição de 1988.

Como mostra a **Figura 1**, há uma redução na razão da renda dos 10% mais ricos em relação à renda dos 40% mais pobres. Esta razão chegou a 30 vezes em 1989 e caiu para 15 vezes em 2013. Isto evidentemente não retira o Brasil da lista dos países mais desiguais do mundo. A desigualdade caiu de forma consistente ao longo da primeira década do século XXI, embora o início da redução da desigualdade esteja presente já no final dos anos 90.

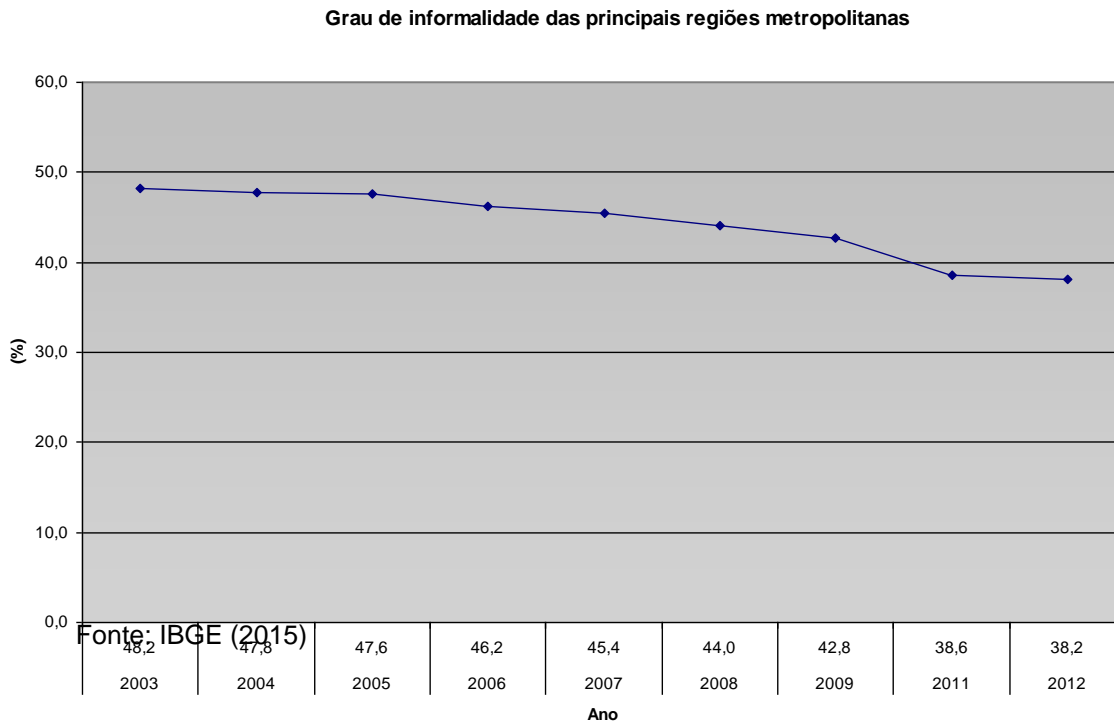
Figura 1 - Redução da desigualdade se acentua a partir do começo dos anos 2000.



Fonte: IPEADATA (2015)

A redução da informalidade também ocorreu de forma consistente ao longo da última década. A força de trabalho brasileira já foi majoritariamente informal. Atualmente, a maioria dos trabalhadores brasileiros são formais. Como mostra a **Figura 2**, a informalidade nas principais regiões metropolitanas é de 38,2% em 2012 contra 48,2% em 2003. A menor informalidade coloca o Brasil em uma posição distinta de outros membros dos BRICS como Índia e África do Sul.

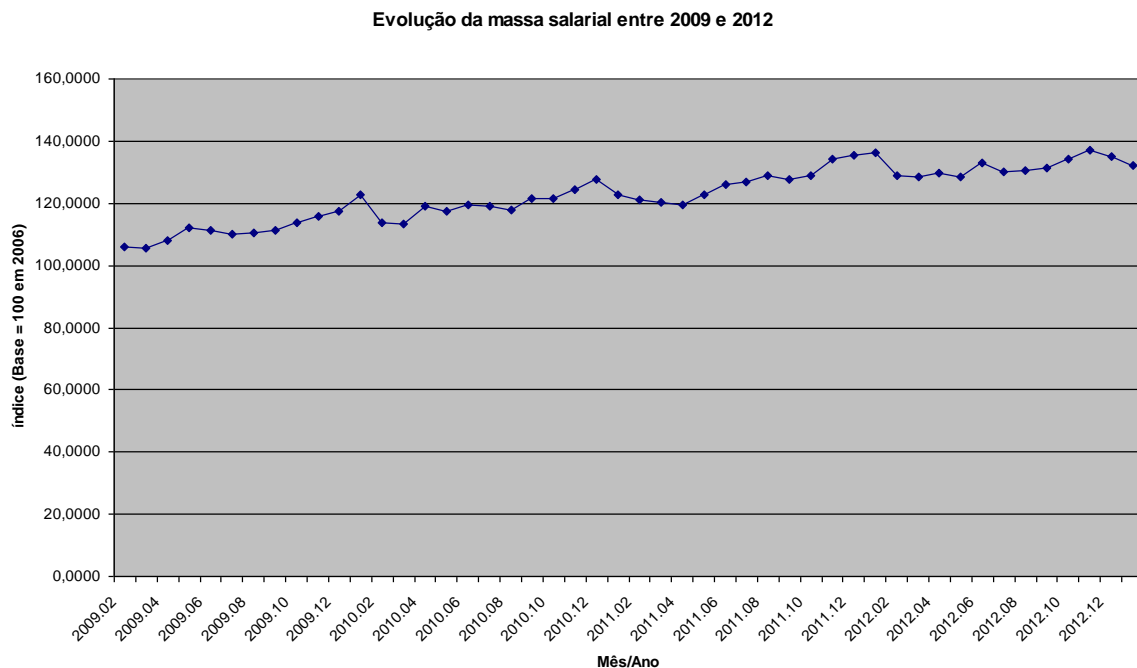
Figura 2 - Redução do grau de informalidade



O salário mínimo registra aumento real desde o final dos anos 90. A política de valorização do salário mínimo ocorreu de forma consistente e os seus resultados revelam um aumento na massa salarial em torno de 40% entre 2009 e 2012. O aumento da massa salarial, mais do que os programas de transferência de renda, foi o grande responsável pelo consumo de massas que viabilizou o crescimento econômico brasileiro durante a crise global que se iniciou em 2008.

É preciso dizer que os avanços não foram acompanhados de um aumento na capacidade de organização e mobilização das organizações e centrais sindicais. A dissociação entre avanços sociais e maior politização colocou os trabalhadores em uma situação vulnerável para levar adiante a defesa dos seus interesses. Isto implica que os direitos e conquistas podem ser retirados mais facilmente.

Figura 3 - Evolução da massa salarial entre 2009 e 2012



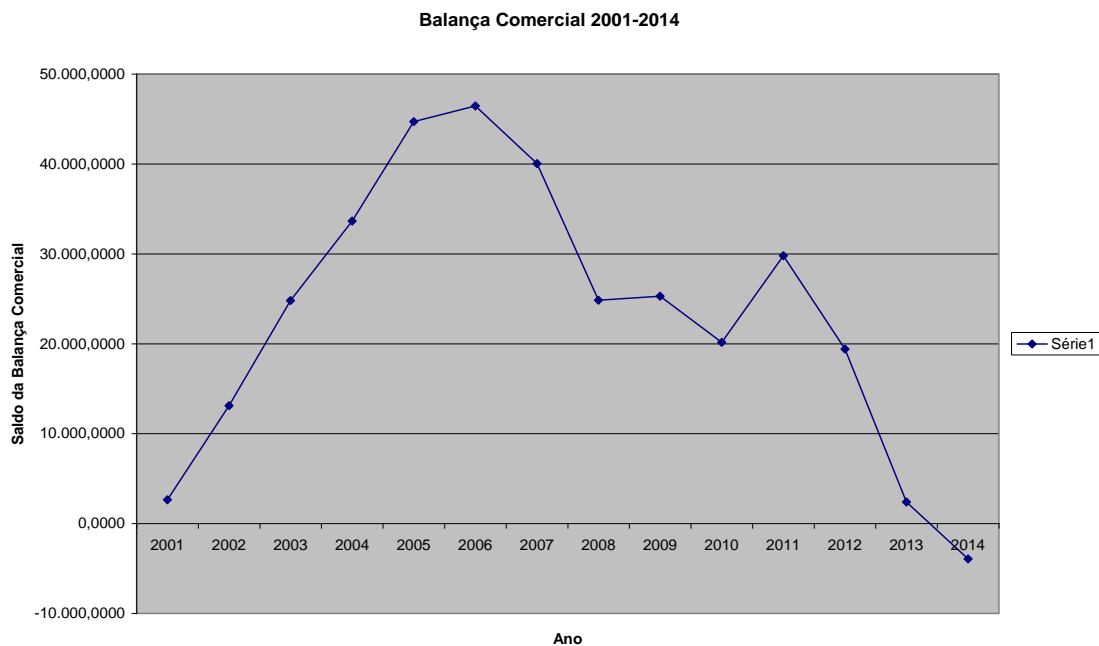
Fonte: IBGE (2015)

2013: um ponto de inflexão e começo da crise política, econômica e social

As tensões e acirramento de disputas políticas ao longo do ano de 2014 e que se prolongam sem uma perspectiva de solução em 2015 tiveram seu início em 2013. Embora desde 2006/2007 ocorressem alertas sobre a progressiva exaustão de um modelo econômico. O ano de 2013 foi um ponto de inflexão na conjuntura brasileira. Não apenas porque centenas de milhares de pessoas de diversos segmentos (trabalhadores, estudantes e profissionais liberais) foram às ruas, mas porque a partir de 2013 os sinais de piora da situação econômica e política do país começam a ficar mais claros.

Em termos econômicos, há uma clara deterioração no saldo da balança comercial a partir de 2011 que se acentua de 2012 em diante. Há queda no preço das *commodities* que resultou do início da desaceleração econômica dos grandes países emergentes como a China e da claudicante recuperação da economia norte-americana somada à continuidade da crise na Zona do Euro.

Figura 4 - Saldo da balança comercial no período entre 2001 e 2014



Fonte: IPEADATA (2015)

No caso da China, é necessário ver a redução da taxa de crescimento com mais cautela. A queda nas bolsas de Shanghai não pode ser vista como o principal indicador. No curto prazo o maior impacto é para as exportações brasileiras, pois uma queda de 14,6% das importações chinesas como a ocorrida nos primeiros sete meses de 2015 equivale a perda de 12,2 bilhões de dólares para o Brasil¹.

No entanto, a China possui uma crescente capacidade de inovação em sua economia e uma crescente taxa de investimento no exterior. O país também possui quatro trilhões de dólares em reservas.

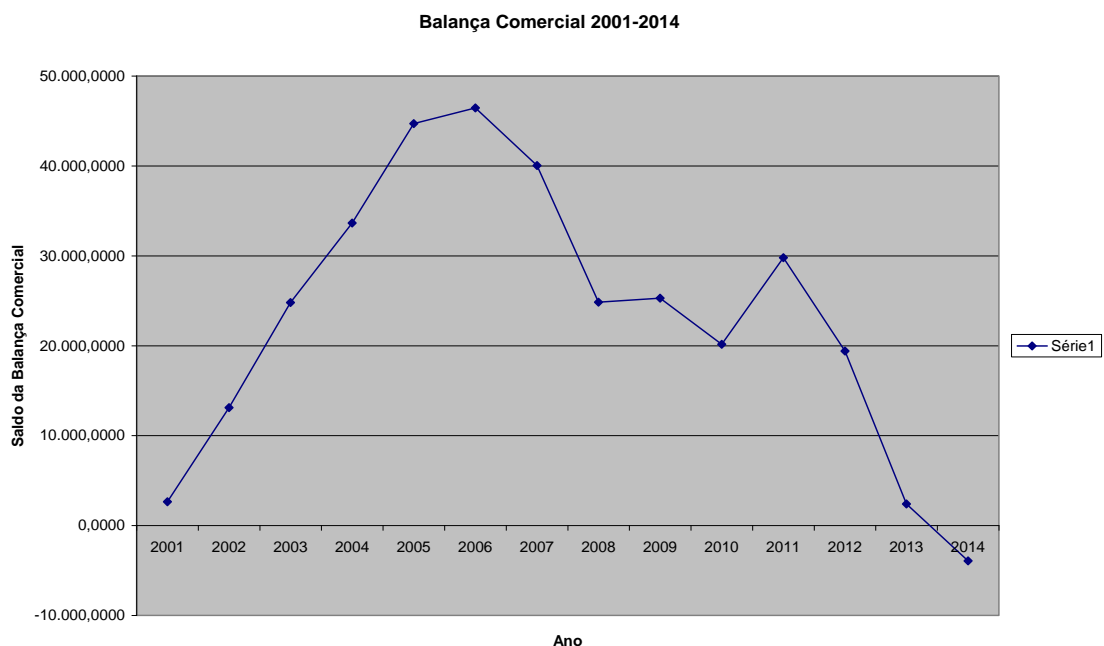
A diminuição da taxa de crescimento para 7% ou 6% não pode ser confundida com estagnação econômica. Ainda que tenha ocorrido uma queda nos preços das commodities por conta de um arrefecimento da demanda, é preciso olhar no médio e longo prazos. A China está em uma transição de uma economia baseada em investimento e em manufatura para uma economia com maior participação do setor de serviços e do consumo. O crescimento do setor de serviços com uma classe média que segue em ascensão constitui um cenário de longo prazo mais favorável às exportações agrícolas para o país.

Para os trabalhadores chineses, ainda que de forma desigual, houve um aumento consistente nos salários dos trabalhadores urbanos. A crescente perda de legitimidade do

¹ <http://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2015/aug/26/china-economic-slowdown-world-imports>

discurso do 'crescimento rápido acima de tudo' dos anos 80 e 90, bem como uma relativa diminuição de oferta de mão de obra parecem abrir espaço para melhores negociações salariais. Segundo o *China Labour Bulletin*, houve um aumento em conflitos resolvidos por meio de negociações por meio de arbitragem de 200.000 em 2002 para quase 700.000 em 2013. Assim, salários mais altos e maior capacidade de mobilização e reivindicação contribuem para que a China amplie seu mercado consumidor e, gradativamente, deixe de ser um país de mão de obra barata.

Figura 4 - Saldo da balança comercial no período entre 2001 e 2014



Fonte: IPEADATA (2015)

Juntamente com uma situação desfavorável na balança comercial, começam os problemas fiscais que são acompanhados da piora de outros indicadores. A massa salarial deixa de crescer e sua participação da renda do país começa a cair. A queda na desigualdade também é interrompida. A taxa de inflação aumenta, mesmo com quedas nas taxas de consumo e com a taxa de crescimento da economia próxima de zero ou negativa.

Os problemas fiscais tendem a agravar a qualidade da oferta dos serviços públicos. Aliado a isso, há uma percepção da injustiça fiscal, especialmente entre as classes médias. São pagos muitos impostos, mas os serviços básicos de um estado de bem estar social mínimo são precários. As classes médias assalariadas pagam muitos impostos, mas precisam pagar pela saúde e pela educação de forma privada. O transporte público e a segurança pública

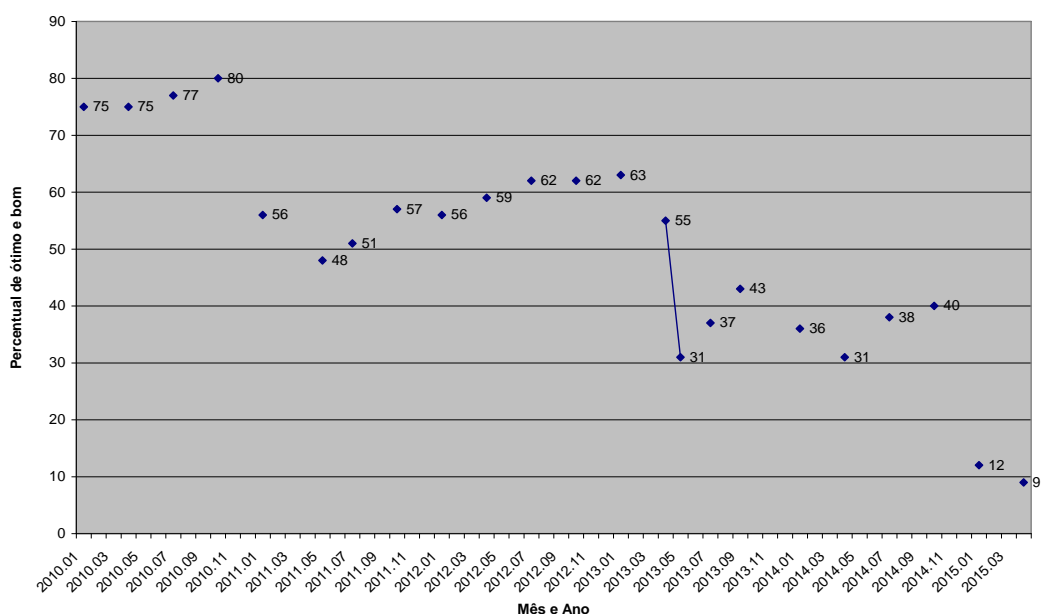
estão bem a quem dos padrões de países cujas cargas tributárias como percentual do PIB são similares.

Além da dívida pública, os problemas fiscais ocorreram mais pela desoneração fiscal a setores industriais e ao aumento dos investimentos sociais. O gasto de pessoal dos governos ficou em estável em 15% do PIB entre 2002 e 2009. Em relação ao governo federal, os gastos com pessoal ficaram estáveis em torno de 5% do PIB no mesmo período².

O outro lado da moeda da injustiça fiscal tem a ver com a dívida ativa da União. Segundo dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, são 1,014 trilhão de reais de dívida tributária e 313 bilhões de reais de dívida previdenciária. Quando vista por setor da economia, a indústria apresenta a maior fatia desta dívida com 236,5 bilhões seguido pelo comércio com 163,5 bilhões e pelo sistema financeiro com 89,3 bilhões. A capacidade de arrecadação do Estado é a primeira e talvez mais importante capacidade estatal. Vale lembrar que todos os países desenvolvidos possuem uma capacidade de taxaço bem estruturada e, pelo contrário, os menos desenvolvidos são os que apresentam uma menor capacidade fiscal.

Como consequência da deterioração da situação econômica e da insatisfaço com os serviços públicos prestados, há uma avaliação crescentemente negativa da população em relação ao governo. A avaliação negativa se acentua no período da disputa eleitoral e se aprofunda mais com o agravamento da crise econômica e dificuldades políticas para a formação de um pacto com vistas à sua superação.

Figura 5 - Percentual de ótimo e bom na avaliação do Governo

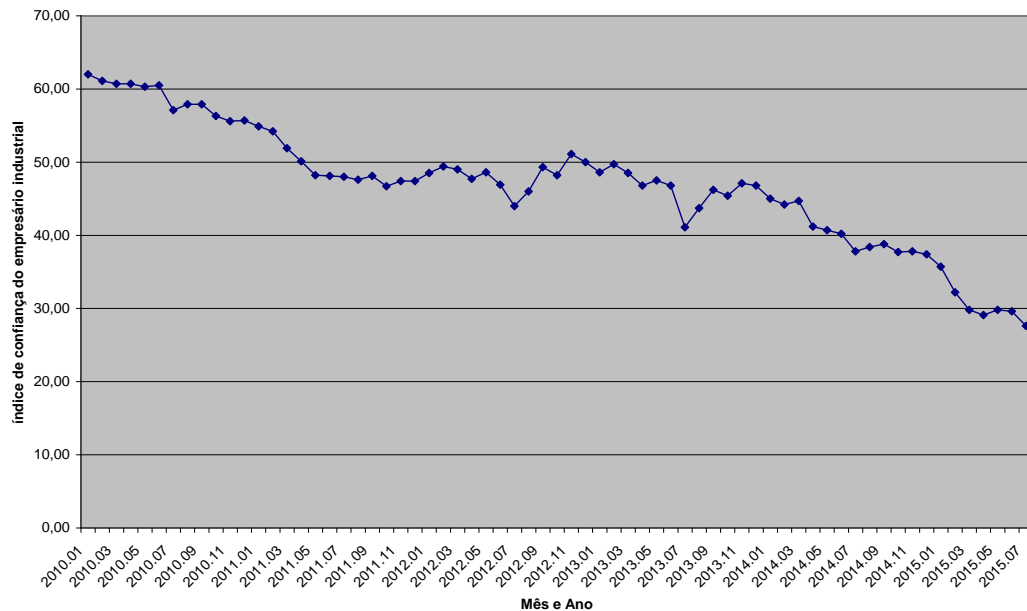


Fonte: IPEADATA (2015)

² http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110908_comunicadoipea110.pdf

De outro lado, a confiança do empresariado industrial vem caindo de forma constante desde 2012. A queda da confiança do empresariado industrial enfraquece as perspectivas de investimento na economia e alimenta o quadro recessivo que se inicia.

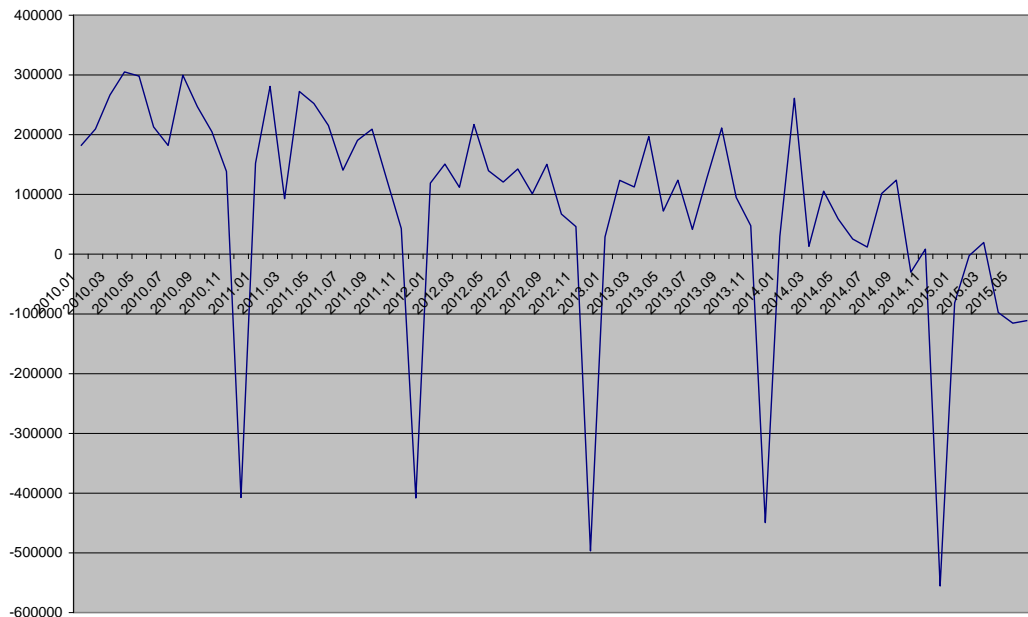
Figura 6 - Índice de Confiança do Empresariado Industrial



Fonte: IPEADATA (2015)

Entre os trabalhadores, o maior problema que se coloca desde este o final do ano passado é a perda do posto de trabalho. Como pode ser visto pela **Figura 6**, desde o começo de 2014, o saldo de emprego vem declinando registrando números negativos. Em abril o saldo negativo de empregos foi de 97.828 e em junho de 111.199.

Figura 6 - Evolução do saldo de emprego (número de admissões menos número de demissões) entre janeiro de 2010 e junho de 2015.



Fonte: IPEADATA (2015)

No plano político e institucional, há uma piora nas relações do governo com os demais atores políticos. Pioram as relações entre o Governo e o Congresso e as relações entre Governo e sociedade civil. Pioram também as relações entre o Governo e os movimentos sociais e centrais sindicais. A relação com o empresariado em suas organizações empresariais também se fragilizou. O resultado é uma enorme dificuldade de construir pactos e coordenar a construção de saídas para a crise econômica e política.

A operação Lava Jato, um elemento novo e de forte repercussão na opinião pública, possui um caráter ambíguo nesta crise. De um lado, ela possui o grande mérito de produzir uma mudança no ambiente de negócios brasileiro em que a transparência e os custos de transação relacionados com a corrupção são diminuídos. Ela tende a melhorar a governança corporativa não apenas das estatais, mas de outras empresas. Neste sentido, ela pode contribuir muito para melhorar economicidade e eficiência do setor público como também para o fortalecimento das instituições do Estado passando para a população o sentimento de igualdade perante a lei.

De outro, ela gera incerteza quanto ao funcionamento das instituições a partir de vazamentos seletivos que explicitam problemas na cadeia de comando do Ministério da Justiça e, algumas vezes, a própria violação do Estado de Direito. Os espetáculos midiáticos aumentam as expectativas negativas contribuindo para a crise de confiança e alimentando manifestações moralistas que dificultam o diálogo entre os atores estratégicos e a sociedade

civil. Ela também torna quase invisível a agenda dos direitos sociais e dos efeitos da crise sobre os trabalhadores.

Com o fim das condições favoráveis que permitiam atender a todos os segmentos, houve aumento dos conflitos distributivos entre as distintas classes e grupos sociais e os efeitos dos problemas se tornam mais fortes e claros levando a uma frustração das expectativas em todos os segmentos.

As medidas do segundo mandato do Governo Dilma como reação à crise

Abaixo, seguem as principais medidas do Governo Dilma e do Congresso Nacional que afetam diretamente os trabalhadores e quais as possíveis consequências que elas podem ter.

Medida Provisória nº 665/2014

A Medida modificou a legislação que trata do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-defeso pago ao pescador artesanal. Tornou o acesso aos benefícios mencionados mais difícil e limitado. A Alegação foi racionalizar os programas, maior controle administrativo e diminuir os recursos financeiros crescentes. Efetivamente, a maior preocupação foi diminuir os gastos tendo em vista o ajuste fiscal preconizado pelo governo federal.

Mesmo com a atenuação no Congresso da proposta original do governo, a MP provocou a exclusão de milhões de potenciais beneficiários do seguro-desemprego e economia de recursos acima de 15 bilhões de reais. Os beneficiários excluídos são principalmente jovens em primeiro emprego. A perversidade da Medida caracteriza-se por atingir justamente os segmentos mais desfavorecidos da força de trabalho. Retira-se bilhões de reais de um segmento dos mais carentes da população.

Em relação ao abono salarial, a MP também atinge a população trabalhadora mais vulnerável, aquela mais afetada pelas características mais perversas do mercado de trabalho brasileiro, 43% dos trabalhadores formais permanecem menos de seis meses no mesmo emprego e mais da metade (55%) ganhavam em 2013 até dois salários mínimos. Essa é a população mais afetada pela MP. Ressalte-se que a evolução do gasto com o abono salarial foi significativa nos últimos anos em decorrência da maior formalização no mercado de trabalho e do aumento real do salário mínimo. Essas deveriam ser razões para comemorar e não motivos para preocupação.

Quanto ao seguro-defeso, o crescimento do número de beneficiários e a possibilidade de burla aos princípios estabelecidos na legislação demandavam medidas administrativas de maior controle. O seguro-defeso se caracteriza mais como um “benefício social” do que um “seguro social”, na medida em que não tem uma base contributiva própria.

O país passa por uma crise com queda do crescimento econômico, entre outras repercussões ocorre o aumento do desemprego, nessas condições críticas implementam-se medidas para dificultar o acesso ao seguro. Seguros são para serem utilizados em momentos especiais, em crises, desemprego é situação crítica para o trabalhador. As políticas de emprego, trabalho e renda devem ser anticíclicas, incrementadas em momentos de crise.

Programa de Proteção ao Emprego - PPE

O programa visa preservar o emprego e a maior parte da remuneração do trabalhador durante o tempo em que as empresas reduzem as atividades. Só pode ser adotado durante situações adversas e passageiras causadas por fatores conjunturais e externos à empresa, alheios à vontade do trabalhador e da empresa. Ou seja, em situações de crise conjunturais e que não seja devido a má gestão ou condução inadequada dos negócios. A empresa pode manter o quadro de pessoal com pouco custo adicional e o governo evita o custo fiscal do desemprego, pois os encargos sociais continuam sendo arrecadados.

O PPE ameniza o contexto de desemprego mantendo a maior parte do salário do trabalhador desde que a situação de dificuldades da empresa seja temporária, portanto, não é uma solução para prazos mais longos. O alcance do Programa é limitado então para algumas empresas de determinados setores da economia.

O Decreto que criou o PPE também criou o *Comitê do Programa de Proteção ao Emprego (CPPE)*, que definirá as condições de elegibilidade para adesão ao PPE. Para aderir ao Programa a empresa deverá negociar um acordo coletivo com o sindicato da categoria profissional representativa dos empregados e fornecer as informações que comprovem as dificuldades econômico-financeiras. O acordo coletivo deverá conter enorme soma de informações, complicando em demasia os procedimentos. Por sua vez, a *Portaria MTE* complica ainda mais os procedimentos, com requerimentos detalhados e mensais por parte das empresas. Sem dúvidas, são regras que deverão impedir a disseminação deste *Programa* positivo para enfrentar a atual conjuntura afetando o fator trabalho e sua respectiva renda.

Reajuste do FGTS

O FGTS é o maior fundo privado do país. Os depósitos nas contas individuais dos trabalhadores possuem remuneração de 3% + TR ao ano. Proposta aprovada na Câmara dos Deputados reajusta progressivamente a remuneração das contas para 6% + TR até 2019. A partir de 2019 será aplicada a regra da poupança, ou seja, 6,17% ou 70% da Taxa Básica de Juros quando esta for igual ou menor a 8,5% + TR ao ano. Ressalte-se que os novos percentuais serão aplicados apenas aos depósitos efetuados a partir de 2016.

O FGTS é uma poupança do trabalhador e se constitui em um importante fundo para financiamento de infraestrutura e moradias no país. A preocupação é se a melhoria da

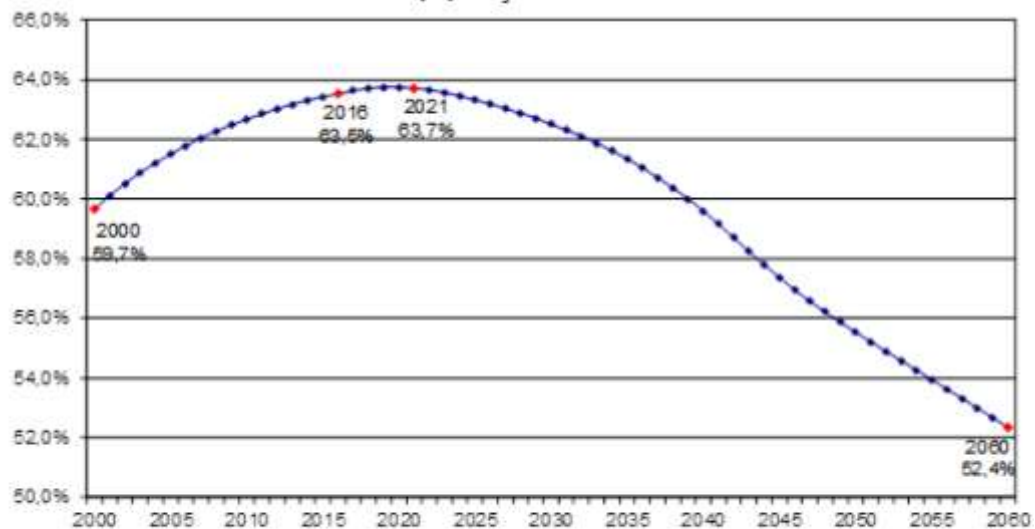
remuneração das contas pode afetar importantes programas com repercussão social como Minha Casa Minha Vida aumentando o custo do financiamento. O Relator do projeto aprovado na Câmara afirma que não haverá prejuízo do programa habitacional do governo federal. Certamente haverá necessidade de cálculos detalhados para avaliar os impactos nos investimentos públicos das novas regras de remuneração do FGTS.

Mudança em regras da previdência social

O financiamento da previdência se baseia no princípio de capitalização ou no de repartição. No Brasil utiliza-se o regime de repartição e, de forma complementar, o de capitalização. O regime de repartição se baseia em mecanismo no qual a contribuição dos ativos financia os pagamentos aos inativos. As transformações estruturais que ocorrem nas sociedades requerem a revisão do sistema de previdência organizado sob o princípio de repartição, posto que a natureza do sistema, calcada em transferências inter e intrageracionais, demanda um esforço permanente para evitar o descompasso entre contribuições e benefícios.

No Brasil, observa-se um processo de envelhecimento relativamente rápido da população. Isso pode ser observado por meio da divisão entre o número de pessoas com idade entre 16 e 59 anos e o número de pessoas com mais de 60 anos obtém-se a razão de dependência invertida, que é um importante indicador para os sistemas previdenciários que funcionam em regime de repartição. Essa taxa nos diz quantas pessoas em idade ativa existem para cada pessoa em idade inativa. As projeções do IBGE demonstram a deterioração desta relação nos próximos 44 anos. No ano 2016, para cada pessoa com mais de 60 anos, ter-se-á 5,3 pessoas com idade entre 16 e 59. Em 2060 esta relação deverá diminuir para 1,6 (**Figura 7**)

Figura 7 - Proporção de população em idade ativa (16 a 59 anos) sobre a população total.



Fonte: IBGE
Elaboração: SPPS/MPS

Para manter o equilíbrio atuarial são possíveis três medidas, que podem ser combinadas:

- elevar a alíquota de contribuição;
- reduzir o benefício;
- tornar mais rigoroso o acesso ao benefício.

Entretanto, cabe ressaltar que até 2025 ainda cresce a população entre 15 e 59 (em idade de contribuição) e a queda dessa população acentua-se após 2045. Como consequência, qualquer penalização aos contribuintes da previdência poderá ser realizada de forma gradual, portanto, sem necessidades de impactos súbitos e nocivos ao trabalhador. Isso se se refere ao Regime Geral da Previdência Social, os servidores públicos constituem outro regime.

Situação do FAT

É importante notar que a contribuição do PIS/PASEP repassada ao FAT será sem o desconto da DRU a partir de janeiro de 2016, em razão da previsão do fim do desconto em dezembro de 2015, de acordo com o estabelecido na Emenda Constitucional n.º 68/2011. Portanto, haverá um acréscimo de 20% nos recursos disponíveis.

O FAT se constitui em uma fonte de recursos fundamental para enfrentar crise de desemprego e suas repercussões no mundo do trabalho. Os recursos do FAT possibilitam fortalecer tanto políticas passivas como ativas de trabalho e emprego. Na situação de crise econômica é que são necessárias políticas mais assertivas na proteção do trabalhador. Diante

dessa realidade são necessárias propostas criativas, arrojadas e realistas que contemplem ações anticíclicas.

Com mais recursos financeiros é possível estabelecer provisões para enfrentar a complexa situação do mercado trabalho sob pressão constante da configuração do capitalismo cada vez mais globalizado do século XXI. O conselho do FAT, o CODEFAT, é que legisla sobre as normas do FAT, é um conselho tripartite, conta com a participação das centrais sindicais, cabe ao CODEFAT, sob demanda das centrais sindicais, iniciar o processo de defesa e adaptação do FAT às circunstâncias da contingência econômica recessiva do país.

A expectativa é que o governo não abra mão dos recursos retidos pela DRU, alguma medida deverá ocorrer para a manutenção dos recursos arrecadados por meio da DRU. As centrais sindicais deverão estar atentas para propor alternativas compensatórias tendo em vista a recomposição dos recursos da eventual perda dos recursos da DRU.

Por um desenvolvimento produtivo inclusivo

As reivindicações, além da necessidade de superação da crise política, pelo diálogo, continuam enfatizando a necessidade de desenvolver o mercado interno. A dinâmica do mercado interno perdeu os seus motores e nem o Governo nem a sociedade tem recursos para religá-los. Dependem da alavancagem do mercado externo. Essa é afetada por fatores internos e externos.

Um grande atributo da UGT neste sentido é a sua independência em relação ao governo sem perder a capacidade de colaborar com ações de interesse dos trabalhadores e da cidadania em geral. Este atributo a coloca em uma posição de destaque para criar alternativas que galvanizem apoio de amplos setores da sociedade brasileira.

No entanto, há um longo trabalho a ser feito para fortalecer a confiança nos sindicatos para que eles tenham legitimidade para apresentar soluções para a crise que conduzam a avanços sociais. De acordo com dados da *World Values Survey* de 2014, cerca de um terço da população (37,7%) da população brasileira confia em sindicatos³. É ainda um percentual bem mais elevado do que a confiança em partidos políticos que chega a 15,9%. Para efeito de comparação, a confiança nas grandes empresas é de 58,5%⁴ e nas organizações ambientais (geralmente Organizações Não-Governamentais) é de 61,4%.

Vale lembrar que as interpretações sobre as causas da crise e especialmente as suas soluções para sair dela dependem dos interesses e ideias de que orientam as ações dos atores. As soluções para a crise dependem da correlação de forças entre capital e trabalho, entre as elites financeiras e o setor produtivo. Se os trabalhadores e a sociedade civil não lograrem um maior poder de mobilização, as soluções apresentadas e implementadas

³ <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>

⁴ <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>



implicarão a retirada de direitos sociais. Neste sentido, é fundamental que a UGT apresente a sua análise da crise, bem como seja capaz de contribuir com a construção de soluções alinhadas com os interesses e necessidades dos trabalhadores.

A UGT como entidade da sociedade e do trabalhador cidadão já revelou que tem condições de desempenhar uma atuação mais geral influenciando mais incisivamente nos rumos do país. Nesse contexto, o Instituto de Altos Estudos (IAE) da UGT, pode congrega pessoas de vários campos acadêmicos de forma plural para realizarem estudos e encaminharem sugestões tendo em vista a crise brasileira. Pode ser um efetivo *Think Tank* dos trabalhadores brasileiros.

Ele pode contribuir para a transição a um modelo de desenvolvimento baseado no desenvolvimento produtivo inclusivo. Trata-se de recuperar alguns dos princípios fundamentais da social-democracia que nunca foram devidamente entendidos no contexto brasileiro e latino-americano. Isto será feito pelo entendimento mais claro da dinâmica institucional do capitalismo brasileiro.

É preciso retomar o debate das melhorias estruturais da economia brasileira e a UGT propõe relacionar o aumento da produtividade com o desenvolvimento social. O modelo de desenvolvimento em que o aumento de produtividade não se reflete em melhores salários e condições de trabalho conduzem ao aumento da desigualdade e compromete a solidariedade social e o desenvolvimento humano.

Parte dessa agenda implica exigir contrapartidas sociais e ambientais de empresas que recebem financiamento público. A outra parte são exigências de maior inovação e aumento de produtividade para setores regulados e apoiados pelo Governo na forma de políticas industriais.

Por fim, é necessário um convencimento e persuasão das elites econômicas em torno das vantagens de um desenvolvimento produtivo inclusivo. Uma saída que interessa aos trabalhadores e seja compatível com o desenvolvimento econômico e com a competitividade da economia do país. Há diferentes caminhos para sair da crise econômica e política, mas nem todos os caminhos servem aos trabalhadores e às organizações sindicais. Alguns deles serão um claro retrocesso em direitos e conquistas.